

A modernização de Vitória-ES à luz da engenharia: os imbróglis envolvendo a construção de uma nova necrópole na capital capixaba no final do século XIX e no início do século XX

The modernization of Vitória-ES through the lens of engineering: the struggles involving the construction of a new necropolis in Espírito Santo's capital in the late nineteenth and early twentieth centuries

Julia Freire Perini (Doutora em História – Ufes)

Resumo

As discussões a respeito da mudança dos rituais funerários em Vitória-ES no final do Oitocentos e início do século XX foram um terreno de muitas disputas entre saberes, poderes e visões de mundo. Neste artigo, analisamos especificamente o aporte oferecido pelos engenheiros ao processo de laicização dos espaços públicos da capital capixaba e sua contribuição relacionada aos novos saberes técnicos, bem como sua forma de aplicação que visava alterar os modos de viver e de morrer locais. Entendemos que as negociações feitas entre os profissionais da engenharia, os políticos Oitocentistas, os religiosos católicos e demais membros da sociedade civil capixaba para implementação do morrer moderno estiveram orientadas por um horizonte de expectativa higiênico e civilizado, que buscava se impor a fim de superar um dito “atraso” em relação a outras cidades do Brasil. Analisando jornais, relatórios de presidente de estado, plantas do cemitério e ofícios produzidos pela administração de Vitória, buscaremos sustentar a hipótese de que a urgência das ações urbanizadoras relacionadas ao morrer em Vitória não esteve voltada para o bem-estar coletivo, e sim, para os interesses de grupos bem específicos da sociedade capixaba oitocentista, isto é, os membros da elite cafeeira local.

Palavras-chave: Morte, Modernidade, Vitória-ES.

Abstract

Discussions about the change of burial rituals in Vitória-ES in the late 1800s and early 20th century were the basis of many disputes between knowledge, powers and worldviews. In this article, we specifically analyze the contribution offered by engineers to the process of laicization of public spaces in the capital of Espírito Santo and how its contribution related to new technical knowledge, as well as how its application aimed at changing the local ways of living and dying. We understand that the negotiations that were made — by engineers, politicians, members of the Catholic Church and the capixaba civil society — in order to implement modern modes of dying were guided by a hygienic and

civilized horizon of expectations, which sought to impose itself in order to overcome a so-called “backwardness” towards other cities in Brazil. By analyzing newspapers, administrative reports, cemetery maps and official documents produced by the city’s administration, we will support the hypothesis that the urgency of the urbanizing actions related to dying in Vitória were not focused on the collective welfare, but rather on the city’s coffee-producing economic elite.

Key words: Death, Modernity, Vitória-ES

Introdução

Os embates em torno das mudanças no sentido da morte e do morrer foram iniciados no Espírito Santo, pelo menos, desde 1856, quando houve um surto de cólera na cidade de Vitória, capital da província capixaba. Com o advento da modernidade, diversos grupos disputavam formas de representar a morte e o morrer e puseram a circular suas maneiras de compreender como os rituais funerários deveriam ser conduzidos. Médicos, políticos, membros das irmandades leigas, religiosos do corpo eclesiástico e engenheiros travaram uma série de embates a respeito do tema ao longo de toda a segunda metade do Oitocentos em Vitória.

Diante de tais contendas, muitas foram as tentativas de transformação de alguns espaços da capital capixaba em fins do século XIX e início do século XX, principalmente segundo os paradigmas modernizadores¹ trazidos pela engenharia e, particularmente, no que tangia à maneira de se inumar e de se experimentar a morte e o morrer na urbe vitoriense. Os profissionais da

¹ Sobre as discussões acerca da modernidade, podemos afirmar que tal conceito compreende o fenômeno de encurtamento do espaço de experiência em nome de um alargamento do horizonte de expectativa cada vez mais inclinados à futuridade da experiência com o tempo. Nesse sentido, a modernidade – e o decurso da modernização como um todo – pode ser compreendida como o processo de temporalização da linguagem (que se relaciona de forma direta com a experiência histórica de contextos específicos) ocorrido nos centros e nas periferias do mundo ocidental ao menos desde a segunda metade do século XVIII (Koselleck, 2006, p. 314). A partir dessa perspectiva teórica, pretendemos nuançar o entendimento sobre as rupturas ocorridas no ambiente sócio-político brasileiro do século XIX e, na presente análise, esmiuçamos o papel da engenharia na atualização dos rituais ligados aos morrer, apresentando uma melhor compreensão a respeito das mudanças vivenciadas pelas formas tradicionais de trato com a morte na cidade de Vitória ao longo do período em questão.

engenharia estavam orientados por um propósito modernizador, que juntamente com outros grupos da sociedade vitoriense – sobretudo médicos e políticos –, buscaram alterar antigas formas tradicionais de se viver. Para isso, alguns representantes de setores da engenharia enfrentaram várias disputas pelo entendimento sobre o viver e sobre o morrer ao longo da segunda metade do Oitocentos. Esses enfrentamentos voltaram-se, em certa medida, contra aqueles que defendiam a manutenção dos elementos que caracterizavam antigas formas tradicionais de inumação dos cadáveres em território capixaba.

Tratando do contexto de urbanização, modernização e modificação dos locais de vivência, assim como dos costumes relacionados ao morrer, mapeamos, neste artigo os principais interesses e dissensos vividos por parte dos engenheiros junto aos governos que empreenderam tais disputas pelo significado da vida e da morte na urbe capixaba. Entendendo a laicização como uma frente de trabalho da engenharia no Espírito Santo, compreendemos que o processo de atualização dos espaços comungava/dialogava com os novos preceitos científicos trazidos pela modernidade, e em função deles pensava os novos locais e suas configurações. Inserido nesse contexto, temos as obras que visavam deslocar os enterramentos para fora da região central da Vitória Oitocentista, ou seja, a construção da necrópole de Santo Antônio. Entretanto, a modernização da morte e do morrer encontrava resistência junto aos que acreditavam que as mudanças nos rituais funerários descaracterizavam o passo a passo dos manuais de bem morrer católicos. Pretendemos, portanto, destrinchar parte das negociações feitas para que tal processo ocorresse juntamente com os interesses e visões de mundo envolvidos, buscando também situar o papel da engenharia e dos engenheiros como detentores de saberes e agentes que encamparam tal modificação.

Respaldando-nos em trabalhos como o de Nelson Pôrto Ribeiro (2016), Jadir Rostoldo (2008), Gilton Ferreira (2016) e Carlos Campos Júnior (1996; 2019), buscamos compreender a natureza do empenho dos profissionais da engenharia para modificar os lugares a partir da ótica modernizadora, isto é,

orientada ao progresso, à civilização e à busca de patamares civilizacionais que se descolavam de um passado visto como atrasado.

Nesse sentido, investigamos como o saber científico, aqui representado pela engenharia, enfrentou diversos embates no período oitocentista capixaba para alterar as formas de entendimento sobre o morrer, bem como, para produzir modificações em seu modo de fazer. Finalmente, esse é o caminho que nos permitirá sustentar a hipótese central do presente artigo, qual seja, a ideia de que a urgência das ações urbanizadoras relacionadas ao morrer em Vitória não esteve voltada para o bem-estar coletivo, e sim, para os interesses de grupos bem específicos da sociedade capixaba oitocentista, que fez uso do Estado para adequar a cidade aos seus interesses comerciais imediatos.

Os engenheiros e sua interferência no viver e morrer oitocentista capixaba

A atuação dos engenheiros nos espaços urbanos da capital vitoriense não aconteceu de forma planejada e ininterrupta durante o período imperial, ou melhor, como afirmou Nelson Pôrto Ribeiro: “não existe na verdade um Programa formulado de reurbanização da velha Vitória, este ‘Programa’ se deu na intervenção localizada de distintas administrações” (RIBEIRO, 2016, p. 655).² O que se pode afirmar, ainda segundo o autor, é que um eixo de ação notável era a busca pela laicização de alguns locais de convivência da população por meio da demolição de prédios, soerguimento de outros, ressignificação de simbologias, dentre outras ações. A título de exemplo,

² Além de Nelson Pôrto Ribeiro, Jadir Rostoldo também confirma essa informação: “o relatório sustenta que, apesar de a administração estadual não ter planejada uma ação contínua em busca de tornar a Capital mais digna de sua função de centro civilizado, o que era indispensável para a prosperidade do Estado, algumas ações prioritárias foram realizadas” (ROSTOLDO, 2008, p. 85). Notemos que o relatório elaborado pelo presidente de província confirma que apenas foram feitas as modificações espaciais mais urgentes, portanto, outras obras que confeririam maior bem-estar coletivo teriam sido negligenciadas em prol de demandas taxadas como prioritárias. Uma das questões que pretendemos debater nesse artigo é: essas obras empreendidas no território da capital e demais localidades do Espírito Santo eram prioritárias para quem?

Ribeiro analisou o caso do Largo da Conceição (atual região da praça Costa Pereira), onde existia uma comunidade religiosa chamada Nossa Senhora da Conceição da Prainha. A igreja, que tinha sido recém reformada, foi demolida e em seu lugar foi construído um teatro chamado Melpomene. Essa obra teria sido conduzida pelo engenheiro Felinto Santoro no ano de 1895. Corroborando a hipótese desenvolvida por Ribeiro, percebemos que havia uma tentativa de laicização da região do Largo da Conceição ao demolirem o templo religioso e erigirem em seu lugar um espaço destinado às atividades lúdicas não religiosas. Indo um pouco além da análise já feita pelo autor, percebemos que esse tipo de mudança ocorria na capital em momentos de situação limite. Neste caso, um dos eventos propulsores poderia ter sido um surto de varíola que grassava pela cidade:

Procissão

A comissão que esmolara para celebração de uma missa à Nossa Senhora da Penha, pela extinção da varíola que entre nós grassara o ano passado deliberou festejar a Santíssima Virgem da Penha na capela da Conceição da Prainha, hoje e amanhã, com cânticos sagrados à noite, missa solene, amanhã às 10 horas e procissão às 4 da tarde com sermão ao recolher-se.

Durante as duas noites haverá quermesses de brindes (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 2).

Possivelmente, o ataque de varíola na população foi um dos fatores que estimulou as modificações no Largo e no seu entorno, já que essa região era alagadiça e tida como foco de infecções e de ameaças à saúde pública. Essa era uma das frentes de combate dos engenheiros, em consonância com as práticas recomendadas pela medicina da época, tanto que na mesma página onde se encontrava o convite para a procissão, exposto acima, o engenheiro Antonio Athayde³ publicava:

³ Antonio Francisco Athayde nasceu no Espírito Santo em 1860. Era filho do comendador Antonio Francisco de Athayde e de D. Luiza Maria Siqueira de Athayde. Estudou na antiga Escola Politécnica do Rio de Janeiro. Em abril de 1884, formou-se em engenharia civil nessa instituição formado engenheiro civil. Em 1884, fez parte do corpo docente da Escola Normal Pedro II, ministrando aulas de Pedagogia. Em 1885, foi nomeado Inspetor Geral de Obras da

Diretoria de obras municipais

1ª seção do Reguinho

(Rua 7 de setembro)

Sendo indispensável para o saneamento completo da calha do Reguinho desde a lavadeira até o poço de areia de uma outra margem que cada proprietário aterre os pontos e depressões dos seus quintais onde ficam *águas apodrecidas pela ação dos raios solares, trazendo em sua evaporação grandes males à saúde pública e particularmente aos moradores daquela circunvizinhança de ordem superior científico* a todos os proprietários dos prédios que dão fundos para a referida calha, para que dentro do prazo de 30 dias contados desta data, sob pena de multa, deem princípio ao respectivo aterro e condução das águas pluviais dos quintais até orifícios retangulares deixados na calha em frente a cada prédio, ficando assim o saneamento em toda aquela zona marginal.

Na tarefa ingente de melhorar as condições sanitárias desta cidade, é necessário que cada proprietário no limite de suas forças secunde os esforços da Municipalidade que promove e executa os melhoramentos a bem de todos. [...]

Diretoria de obras municipais da Vitória, em 2 de abril de 1896, Antônio Francisco de Athayde, engenheiro municipal (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1896, p. 2, grifo nosso).

Dessecar pântanos, reorientar os caminhos percorridos pelos córregos e instruir moradores sobre práticas de conservação de seus espaços privados eram parte de um processo de laicização em curso na capital, pois estava sob orientação dos preceitos racionais científicistas em voga desde o Iluminismo (RIBEIRO, 2016, p. 656). Ademais, Athayde, como seguidor dos preceitos positivistas, prezava pelo “melhoramento a bem de todos” sendo que, tal objetivo seria alcançado pela implementação dos conhecimentos desenvolvidos pela engenharia sanitária de sua época, conforme os trechos grifados na passagem acima. Vemos, dessa maneira, uma referência ao

Província; em 1887, Antônio Athayde, como engenheiro ajudante da Comissão de Terras e Colonização de Santa Leopoldina, prestou serviços nos núcleos Conde d'Eu e Senador Antônio Prado. Em 1889, passou a desempenhar a chefia da referida Comissão. Consta em seu currículo também a profissão de político e a atuação como historiador. Foi membro do Instituto Histórico Geográfico do Espírito Santo. Ver mais em: Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, Nº 21, 1961.

conhecimento científico, bastião dos entusiastas da modernidade e da crença nos seus inexoráveis progressos.

Inserido no mesmo contexto, no ano de 1897, alguns engenheiros estavam envolvidos em outro projeto que podemos classificar no rol das ações rumo à laicização da paisagem urbana vitoriense. Na referida data, temos uma série de ofícios que demonstram ter havido um diálogo entre a administração pública municipal e os profissionais da engenharia. Estes últimos estavam escalados para as obras de construção do cemitério de Santo Antônio, região onde parte da administração pública almejava instalar a necrópole idealizada pelos padrões modernos de cidade, já que este sítio se encontrava em uma região mais afastada da parte central da urbe. A partir desses ofícios, podemos afirmar que os primeiros passos tinham sido dados para a efetiva transferência dos cemitérios, e, conforme havia sido proposto na década de 1880 por Muniz Freire e Cleto Nunes, a necrópole foi projetada de forma a respeitar os cultos particulares de cada irmandade:

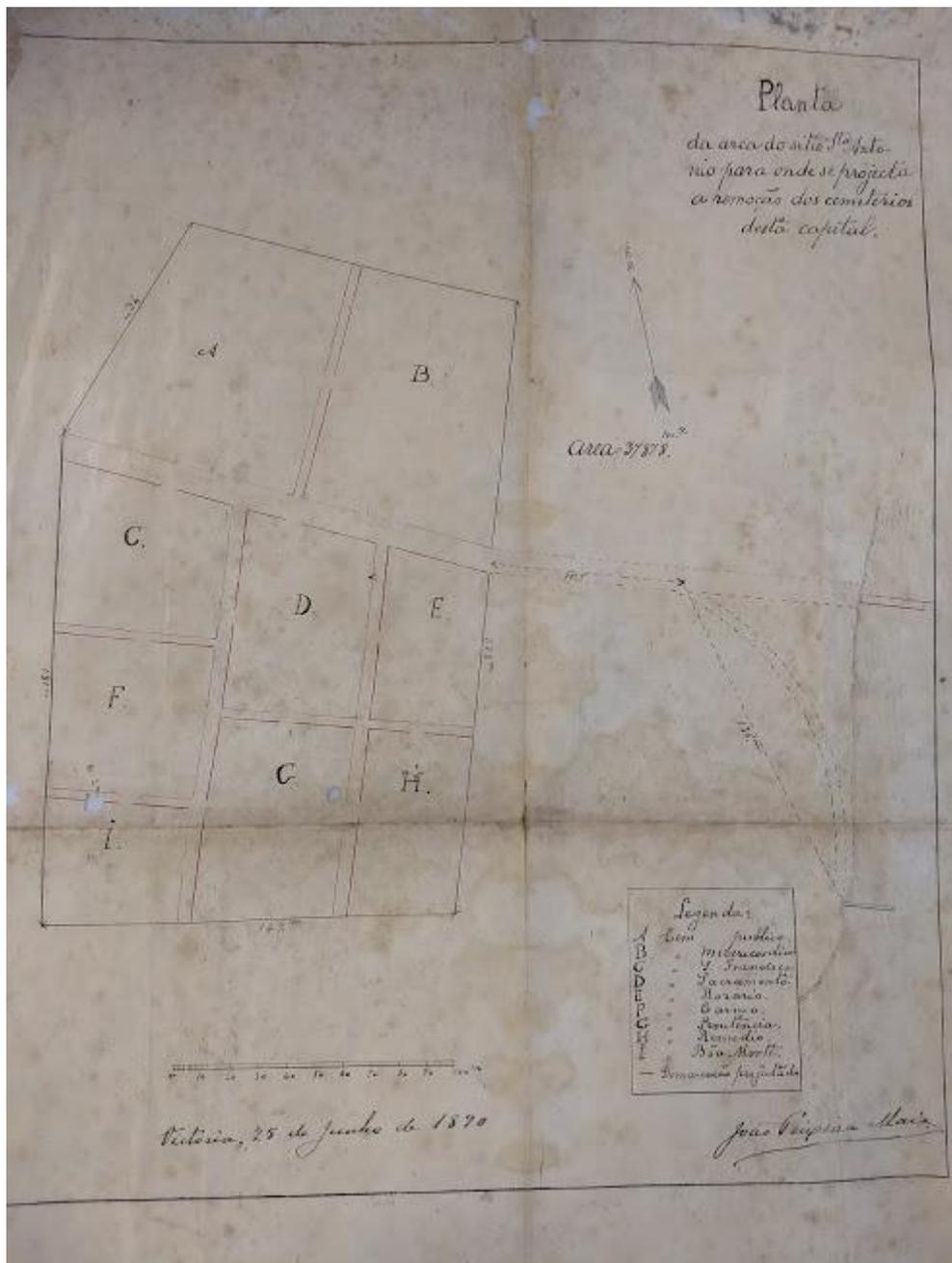


Figura 1: Planta do cemitério a ser construído no sítio de Santo Antônio (ARQUIVO GERAL MUNICIPAL DE VITÓRIA, 1890)

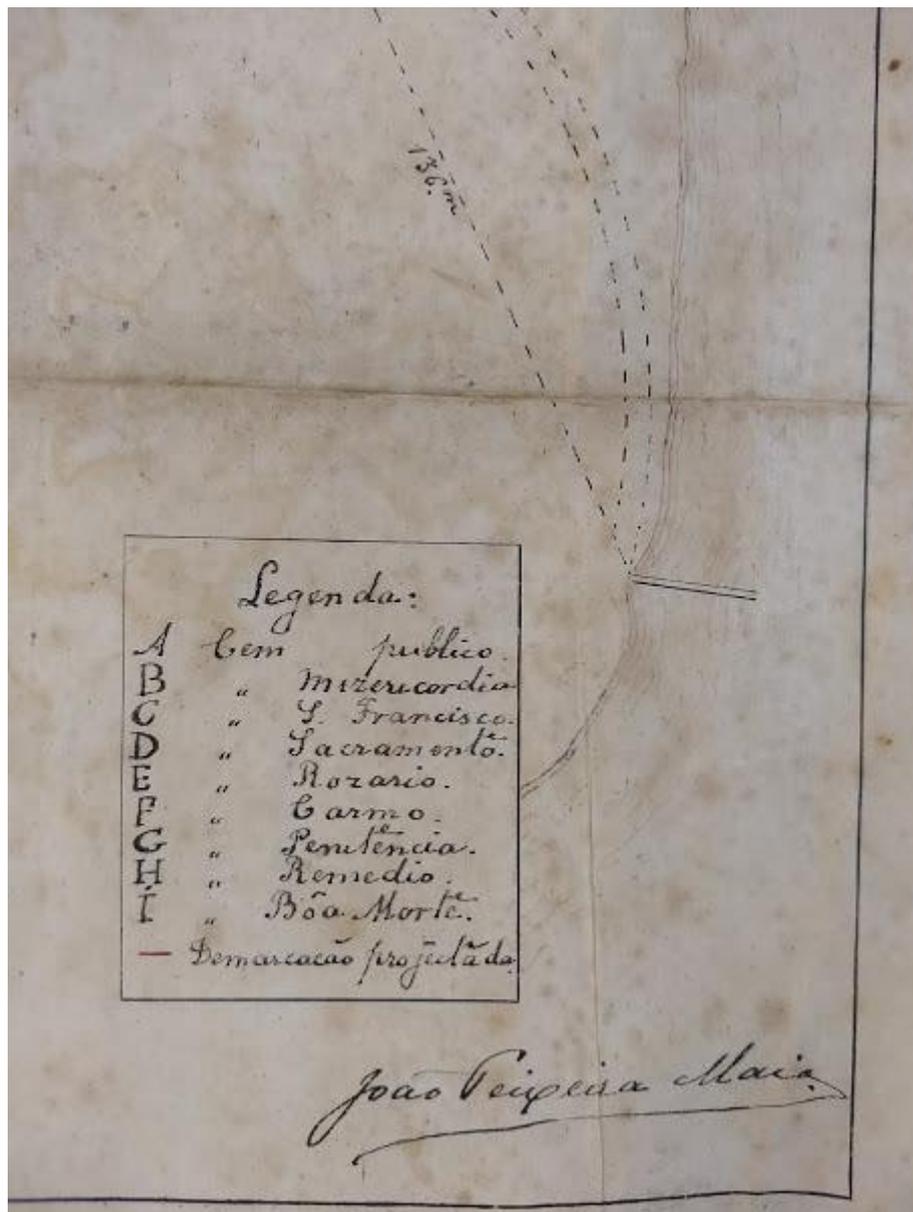


Figura 2: Detalhe da planta do cemitério de Santo Antônio especificando os espaços reservados a cada irmandade no território do novo campo santo (ARQUIVO GERAL MUNICIPAL DE VITÓRIA, 1890, detalhe da legenda da planta do cemitério)

A planta na área do sítio Santo Antônio, local escolhido para receber a remoção do cemitério, foi elaborada no ano de 1890⁴. O espaço compreendia

⁴ Não foi possível saber se a planta do cemitério foi elaborada a pedido do presidente da Intendência Municipal ou do presidente de Estado. A probabilidade maior é de que tenha sido encomendada a pedido da administração da cidade de Vitória, pois o documento estava sob gerência do arquivo do município. De qualquer forma, essa era uma tentativa de apresentar uma alternativa aos antigos costumes funerários, que ainda eram executados nos moldes tradicionais na capital capixaba. Fazemos essa afirmação, pois, no ano de 1890 foi preciso editar um novo código de posturas proibindo mais uma vez os enterramentos dentro dos

37.878 metros quadrados de terreno e previa setores para algumas irmandades locais, dessa forma, respeitava a sacralidade atribuída aos enterramentos pelos católicos oitocentistas sem deixar de lado um espaço reservado aos que não atendiam aos critérios estabelecidos pelo catolicismo para inumação de corpos em território considerado sagrado para os adeptos da fé católica. Ao mesmo tempo, essa proposta recorria aos conhecimentos da engenharia e ciências afins para fazerem cumprir a modernização dos rituais funerários na capital.

Na edição do jornal *O Estado do Espírito Santo* publicada em janeiro de 1890, mesmo ano do documento sobre a necrópole postado logo acima, podemos ler um resumo da reunião dedicada a discutir a localidade para a construção. O relato estampado no periódico resumiu alguns posicionamentos de distintos setores da sociedade representados nesse encontro. Pelo teor da síntese exposta na folha noticiosa, não havia consenso se a planta acima se tornaria de fato o novo cemitério público da capital, pois, parte dos presentes na reunião advogavam pela construção do cemitério na região próxima à Passagem, no então chamado sítio Bomba (atual região da Ponte da Passagem), outros defendiam que a necrópole deveria ser removida para um sítio localizado em Argolas, parte continental, atualmente pertencente ao município de Vila Velha (antiga Vila do Espírito Santo). Vejamos o que diz a notícia:

Remoção dos cemitérios

Teve lugar ontem no palácio do governo uma reunião promovida pelo digno governador interino deste Estado, o sr. dr. Horácio Costa, para tratar-se sobre assuntos referentes ao fechamento dos atuais cemitérios da capital e estabelecimento de uma necrópole em lugar apropriado e distante do centro populoso.

Acudiram ao convite de s. ex., os srs. dr. Ernesto Mendo, inspetor de higiene, dr. Goulart de Souza, inspetor de saúde do porto; os clínicos drs. Cerqueira Lima, Florêncio Gonçalves e Antônio Aguirre; o sr. Barão de Monjardim, provedor da

Misericórdia; o engenheiro Libânio Lima; o diretor interino de obras públicas; o sr. capitão Lírio, presidente da municipalidade; o dr. Joaquim Amorim, chefe de polícia interino, capitão Paula Castro e representantes da Gazeta da Victória, da Folha e deste jornal.

O cidadão governador expôs em rápido discurso o objetivo da reunião, que era escolher e determinar localidade conveniente para o estabelecimento dos cemitérios extramuros.

Falou o sr. dr. inspetor de higiene pública, acentuando que o fechamento dos atuais cemitérios era uma questão vencida e pelo qual ele batia-se há muitos anos. Disse que, se não fora as condições topográficas da ilha onde se acha situada a cidade, a proporia que se edificassem os novos cemitérios ao Poente desta. Não sendo possível pelos motivos expostos, indicava o sítio Bomba, próximo da Passagem, ao Oriente da cidade, para essa edificação e em segundo lugar o sítio da estrada das Argolas, no continente. [...]

O dr. Cerqueira Lima, em extenso discurso, opinou pela preferência do sítio das Argolas, reconhecida como está a impossibilidade de se plantarem os cemitérios no lado ocidental.

No seu entender, não se deve levar os cemitérios para área que fica ao oriente, porque a cidade tende a crescer e muito naturalmente o fará nessa direção.

A opinião dos representantes do jornalismo foi acorde, manifestando-se pela fundação da necrópole no ponto indicado pelo dr. Ernesto, e que já fora há ano indicada pela imprensa com apoio da corporação médica. [...]

Resumindo o que ocorreu na reunião de ontem – verifica-se que, unânime foi a opinião de que, quanto antes, devem ser fechados, por nocivos à salubridade pública, os cemitérios da cidade; votando a maioria dos cavalheiros presentes pelo estabelecimento da necrópole no extremo oriental da ilha.

Dependendo de um exame o terreno e de um cálculo os reparos a fazer-se na estrada que liga a capital à Passagem, deliberou o cidadão governador visitar hoje pela manhã aquele sítio, acompanhado dos ilustres clínicos, engenheiros, provedor da Misericórdia e representantes da imprensa.

O fechamento dos atuais cemitérios, pode-se afirmar é medida decretada. O que resta é assentar definitivamente o ponto da futura necrópole, atendendo do melhor modo as condições higiênicas e econômicas (O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 16 de janeiro de 1890, ed. 2133)

Vemos, portanto, que a difícil decisão de afastar as necrópoles da região central da urbe foi seguida pela dúvida a respeito da localidade que abrigaria a cidade modernizada dos mortos. É válido destacar um dado intrigante a respeito da referida reunião foi o silêncio dos redatores a respeito das falas de outros personagens presentes no encontro. Curioso notar que o posicionamento de médicos e representantes dos jornais a respeito do tema era bastante afinado e quase uníssono. Entretanto, poucas são as vezes que nos deparamos com a fala dos engenheiros e dos outros setores diretamente envolvidos na querela. Se formos analisar mais profundamente os silêncios apresentados na fonte, perceberemos que os representantes de outras irmandades existentes em Vitória no final do Oitocentos também estavam entre as partes intimamente relacionadas à questão, de modo que, ou elas não foram convidadas ou não compareceram. Portanto, é possível inferir que embora houvesse grupos interessados e atuantes, eles não poderiam realizar todas as ações no sentido de modernizar o morrer sem apoio dos demais setores da sociedade. Como estamos abordando nesse momento especificamente a engenharia, podemos afirmar que as falas dos profissionais desse campo a respeito da atualização das necrópoles aconteciam com menos frequência que a de médicos e outros cidadãos ilustrados. Posteriormente, vamos traçar possíveis explicações para esse comportamento. Antes disso, é pertinente salientar que, embora haja muitas lacunas a respeito do tema sob a ótica dos engenheiros, é plausível crer que os conhecimentos desse saber, especialmente no que tangia a forma de conceber as cidades, foi incorporado ao que se entendia como um padrão higiênico moderno para os campos santos da cidade de Vitória:

Saneamento da capital

(Cartas à redação do Estado do Espírito Santo)

Os fins principais dos drenos empregados no saneamento das cidades é impedir que as águas superficiais, carregadas de matérias orgânicas, se estagnem no solo urbano, e fazer afluir o ar no solo e assim queimar os sulfuretos e substâncias orgânicas de que este é impregnado.

Uma cidade drenada é uma cidade seca. [...]

Abundam exemplos na Inglaterra, onde cidades quase inabitáveis entraram nas melhores condições de salubridade, depois que foram dotadas deste útil trabalho, sendo observado em grande número de exemplos que a drenagem preserva das febres tifoides. [...]

Deveríamos, para guardar a ordem de nosso programa, ocupar-nos agora do esgoto de matérias fecais e de águas servidas, asseio das praias, etc; agita-se, porém, nas regiões do governo e no espírito público a questão da remoção dos cemitérios, e é preciso aproveitar o momento para levantarmos nossa pedrinha ao edifício, muito humildemente lembrando fatos, que, por pequeninhos, podem passar despercebidos.

Remover os cemitérios, tal como se pode conceber a locução, não será extinguir o mal que eles fazem, será remover o mal. Para onde? [...]

Desde que é um mal, quanto mais para longe, melhor: dos males o menor.

O dr. Henrique Moscoso projetava transferir os enterramentos para meio caminho entre o porto das Argolas e Vila Velha, ao lado da estrada cuja construção empreendeu.

O seu projeto ficaria completo com a construção das pontes – sobre a baía, da qual tinha mandado proceder estudos, e sobre o rio Aribiri; enquanto, porém, não se efetuasse aquela ponte seriam os transportes feitos por uma gondola funerária até o porto de Argolas, e daí ao cemitério em carros sobre trilhos, pelo que tinha grande cuidado com a conservação dos que estavam sendo utilizados no aterro do mangual, para o emprego provisório. Morreram com eles seus projetos.

Parece-nos que, tendo em vista as dificuldades de viação para os transportes, que necessariamente se farão em carro, a escolha não pode recair senão nas localidades de Leste, porquanto a estrada de rodagem para Santo Antônio, supomos muito dispendiosa pela constituição do terreno; e as terras do corte do morro do forte de S. João podem ser aproveitadas muito convenientemente em aterros que exigem as praias da Capichaba.

Voltaríamos, pois, para que os enterramentos fossem feitos em Maruípe, não obstante os receios das virações que a alguns impressiona, e, mais, por estarmos certos de que desse lado não nos convém vir as águas para abastecimento da cidade. (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 16 de janeiro de 1890, ed. 2133).

Conforme havíamos mencionado, no ano de 1890, a localidade onde seria estabelecido o novo cemitério público ainda era uma incógnita. As discussões transbordavam, inclusive, os ambientes mais formais e institucionais, pois uma pessoa – sem identificação – que provavelmente não estava presente na reunião mencionada anteriormente acreditava poder contribuir com seu conhecimento multidisciplinar acerca do assunto. Referimo-nos à propriedade com que a pessoa escreveu o posicionamento acima publicado no jornal *O Estado do Espírito Santo*, pois no texto é possível perceber a incorporação de informações técnicas, algumas provenientes de distintos campos do saber: medicina, química e também da engenharia, que nesse momento englobava os domínios do urbanismo. Salta aos olhos o teor do tratamento dado ao tema, não se veem ponderações religiosas, sendo, no máximo, reconhecida a dimensão poética de alguns elementos que deveriam compor a parte física do cemitério. O que nos chama a atenção, nesse e no trecho a seguir, é o acréscimo dos conteúdos estreitamente relacionados com a engenharia:

Mas removemos assim os cemitérios que tanto nos assustam com exalações e infiltrações? Não. Eles aí ficam e atravessam nessa quadra calamitosa, enriquecidos de matéria prima recentemente adquirida. É a grande provisão e grandes serão nossos males por muito tempo. Não se removerão os cemitérios, crê-se mais distante a cidade.

Para os que nos ficam, vamos voltar nossas atenções e procurar eliminar, ou, pelo menos, diminuir os males que nos possam fazer.

Parece-nos medida de prudência e de incontestável vantagem circunvalar os cemitérios com fossos de profundidade de 3 metros, pelo menos, abaixo do solo.

Estes fossos servirão de coletores, não só das águas pluviais, que lavam os cemitérios e são atualmente depositadas na parte baixa da cidade, como também de parte dos líquidos cadavéricos que atualmente pela infiltração infeccionam as localidades das bases das montanhas.

Estes valos devem ter declividade necessária e comunicação por drenos ou canos de esgoto, com a drenagem geral da cidade baixa, que temos proposto e continuamos a aconselhar, de forma a guardar o menos percurso possível.

Por essa forma nos livraremos dos males que nos causam as águas dos cemitérios.

Para evitarmos os miasmas, ou, pelo menos, modificarmos seus perniciosos efeitos na atmosfera, devemos atualmente proceder neles constantes desinfecções e arborizá-los.

As árvores nos cemitérios não são só uma tradição poética; elas representam também um importantíssimo interesse à salubridade: dissecam o solo e exercem, em relação a água de que se impregnam o benefício de drenos e chorões.

Estas árvores tem a propriedade de produzir mais ozônio, o que é outra vantagem importantíssima, porquanto o ar ozonizado queima com atividade as matérias orgânicas em dissolução ou em suspensão.

Pelas mesmas razões, convém que sejam arborizados os fossos com que, por ventura, estejam circunvalados os cemitérios.

É tudo quanto nos sugere sobre precauções a tomar em relação aos cemitérios que nos ficam, em benefício do saneamento da capital, e, estamos certos que, em referência ao novo cemitério, serão tomadas as cautelas que a ciência aconselha (ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 16 de janeiro de 1890, ed. 2133).

Como não sabemos quem escreveu a carta acima – enviada à redação do jornal em 1890 –, não conhecemos, portanto, a formação de seu autor, sua origem ou o grupo ao qual ele poderia estar associado. Nos resta afirmar, portanto, a partir de uma análise desse excerto, que os contornos modernos de morte e do morrer estavam cada vez mais mesclados no imaginário dos homens de letras da capital ao que se entendia como uma cidade modernizada, pois, o desejo de se modernizar a urbe vitoriana parecia doravante mesclado também à necessidade de modernização dos cemitérios. Os campos santos deveriam ser drenados, canalizados, arborizados, purificados e planejados à régua, tal como as novas cidades.

De todo modo, apesar das descrições técnicas e dos apelos, as obras não foram concluídas até o final do primeiro governo de Muniz Freire, tampouco na gestão de Cleto Nunes, que atuava na Intendência local. Como já mencionado, os ofícios reclamavam aos engenheiros das parcerias contratadas que

concluíssem seus trabalhos, entretanto, pelo insucesso do desfecho dessas empreitadas, percebemos que as relações entre o Estado e o setor privado não eram das mais fáceis e bem resolvidas na capital capixaba.

Na administração de Muniz Freire, os engenheiros e a Companhia Torrens⁵ estiveram voltados para a expansão do território da parte norte da capital, sendo assim, pouco foi feito pela área central da cidade onde a maioria da população vitorienne se encontrava e onde também se localizavam os principais problemas urbanos relatados pelas fontes da época (FERREIRA, 2016, p. 170). Não é nosso objetivo no momento, mas assim como outros pesquisadores mencionados anteriormente já apontaram, Muniz Freire e as empresas de execuções de obras, bem como os engenheiros convidados a repensar a cidade, possivelmente estavam engajados em um projeto de modernização que visava um horizonte de expectativa ainda sem perspectiva de realização, o que resultou na incompletude de uma série de obras que batiam à porta no momento em que governava.

O projeto do Novo Arrabalde desenvolvido pelo engenheiro Saturnino de Brito parecia por em prática os anseios de uma camada dominante que se utilizou do poderio econômico do Estado para implementar sua agenda. Portanto, a leitura que fazemos dessa empreitada é que as maiores reformas idealizadas pelo governo juntamente com a atividade da engenharia no Espírito Santo foram impostas de maneira vertical e, possivelmente, não atendiam aos interesses imediatos para o bem-estar de grande parte da população. Nesse sentido, a movimentação e o empenho nesse projeto se fez valer de um

⁵ De acordo com Campos Júnior (1996), teria havido um relacionamento, de certa forma, suspeito entre a administração de Muniz Freire e a Companhia Brasileira Torrens. Essa empresa possuía uma série de contratos tanto com o governo do Estado do Espírito Santo quanto com a administração municipal de Vitória. O engenheiro Luiz Serafim Derenzi (1995, p. 145-146) também apresentou algumas inconsistências nos contratos com a empresa Torrens: o serviço de abastecimento de água não ultrapassou os limites do rio Formate, bem como, instalou apenas os alicerces do reservatório de Santa Clara; o arruamento da Vila Rubim foi feito de forma precária o que gerou uma área "de solução impraticável", na visão de Derenzi; já o Quartel de Polícia tem um traçado questionável, ou nas palavras do autor é de uma "arquitetura duvidosa" e sem as mínimas medidas de segurança; o Teatro Melpomene, embora tenha sido aclamado, foi construído com um material frágil. O hospital também não foi muito além dos alicerces e a promessa de construí-lo na Praia do Suá não foi concretizada.

momento político iniciado após a implementação da República, pois a autonomia dos Estados e a prática de recorrer a empréstimos externos foi iniciada (CAMPOS JÚNIOR, 1996, p. 160). Esse ato administrativo fez com que as necessidades mais urgentes fossem secundarizadas em nome de um progresso excludente e de uma modernização um tanto questionável em seus termos.

Em meio a tudo isso, é preciso pontuar algo fundamental em nossa análise relacionada ao projeto do Novo Arrabalde e a atuação dos engenheiros na cidade de Vitória. Mais do que nos aprofundarmos na projeção e construção deste espaço na capital, importa aqui destacarmos como a idealização dessa empreitada interferiu na modernização da área central e histórica da cidade. Isso porque, enquanto os olhares mirando o futuro voltavam-se para a expansão da capital, locais habitados no presente necessitavam de cuidados de maneira pragmática e urgente segundo os ditames das ciências da engenharia e da medicina. Longe de quereremos aceitar passivamente os pressupostos científicos do fim do século XIX sem nenhum posicionamento crítico, é possível questionar a quais interesses a engenharia esteve mais voltada e de que forma os burocratas instrumentalizaram esses saberes ao bel prazer das camadas dominantes, o que, em alguns casos, contrariava os anseios do que era tido à época como o bem comum.

Para tornarmos mais clara essa posição, vejamos uma fala da administração municipal relatando as condições sanitárias da cidade de Vitória em 1895:

Parecer

Na atualidade, o serviço de limpeza pública da cidade, merece de nossa parte a maior solicitude e escrúpulo por isso que estamos em luta com repetidos casos de febre amarela sem que medidas sanitárias se tomem a respeito.

O aumento rápido da população, a acumulação de vacinas e estrangeiros em casas mal arejadas, o estado deplorável de nossas valas de despejo e de nossas praias e quintais, ao desenvolvimento constante emanção de miasmas infectos que pelo grau excessivo de calor faz presumir, ou antes acreditar que a febre de mau caráter que nos visita anualmente

tome ainda proporções assustadoras atirando a consternação e o luto no seio da nossa sociedade se por ventura medidas preventivas não fossem em tempo tomadas [...] (ARQUIVO GERAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, Parecer, 20 de janeiro de 1895).

A população estava enfrentando uma nova epidemia e uma das causas atribuídas à época para que tais problemas continuassem ocorrendo na cidade era a falta de higiene proveniente dos enterramentos e dos locais de inumação de cadáveres malcuidados. Interessante notar, que, na mesma época, o engenheiro Antônio Athayde estava participando da gestão local como demonstra o documento a seguir:

11 de fevereiro de 1895

Cidadão diretor de contabilidade

Comunico-vos que por atos de hoje foram nomeados os cidadãos Dr. Antônio Aguirre e Antônio Francisco Athayde para exercerem interinamente – este o cargo de engenheiro e aquele o de médico deste governo nesta data entrando em exercício dos mesmos cargos.

O secretário

José A. Villas Bôas (ARQUIVO GERAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, 1895)

Combinando essas informações, podemos nos questionar: por que Antônio Athayde, defensor de medidas salubres e que visavam alterar a forma de gerir dos cemitérios não interviu de maneira mais incisiva para modificar a forma como os enterramentos estavam acontecendo, já que estes rituais eram considerados uma das causas para tais calamidades? Ademais, por que os engenheiros, tal como os médicos explicitamente fizeram, não se empenharam em condenar na imprensa ou mesmo enquanto agentes do poder público para que se efetivasse tal mudança?

Longe de comprarmos a ideia corrente entre os entusiastas da modernidade – de que a ciência nos conduziria inexoravelmente ao progresso e ao aprimoramento enquanto civilização –, temos que os interesses dos engenheiros foram canalizados para as grandes obras de infraestrutura ligadas

diretamente aos interesses das camadas dominantes, sejam os grandes produtores de café, sejam os comerciantes exportadores que se utilizavam do porto da capital capixaba. Esses interesses poderiam, em certa medida, explicar seus silêncios mencionados em tópico anterior. Um fato que corrobora tal suspeita reside nos valores dos empreendimentos, seu porte e a quantidade de energia e negociações mobilizada para as obras do final do século XIX no Espírito Santo. Enquanto o cemitério público custaria aos cofres públicos cerca de 233:000\$000⁶ e a situação financeira tanto do Estado quanto da municipalidade⁷ eram elogiados, por que tal construção não foi levada a cabo?

A construção do cemitério à luz dos ditames do progresso: a administração de Jerônimo Monteiro

Tratando-se de modernização, urbanização e alteração dos espaços à luz da engenharia, não poderíamos deixar de destacar a atuação dos engenheiros durante o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912), que conseguiu conferir contornos ainda mais bem definidos aos projetos de uma camada dominante local iniciados nas administrações de Muniz Freire.

Nesse sentido, buscando concretizar uma série de obras que rompessem com o caráter colonial da cidade, o presidente de estado, Jerônimo Monteiro, caminhou a passos largos no sentido de atualizar antigas estruturas físicas e

⁶ Informação obtida no documento: GOVERNO MUNICIPAL. Estado do Espírito Santo, Vitória, p. 1, 9 outubro de 1895.

⁷ Sobre a receita da municipalidade, disse Cleto Nunes: “[...] Efetivamente, a situação financeira do município é a mais lisonjeira possível. A sua receita vai em aumento progressivo, auspicioso, de tal modo que a arrecadação tem excedido sempre os nossos cálculos. No exercício de 1893, houve um excesso de 54:926\$572 réis. O orçamento calculara a renda em 117:774\$000, e a arrecadação produziu 172:700\$572 réis. Em 1894, a receita, calculada em 170:060\$000, elevou-se a 223:928\$922 ou mais 53:858\$922. No corrente exercício, pela arrecadação feita até agora, licito me é afirmar que a renda excederá o cálculo do legislador municipal. [...]” (GOVERNO MUNICIPAL. Estado do Espírito Santo, Vitória, p. 1, 9 outubro de 1895). Ainda, se tratando da arrecadação, é importante salientar que Muniz Freire apresentou em 1895 um relatório contendo os valores da receita do Espírito Santo, para tanto, vejamos: “A receita geral orçada em 2.951:200\$000 produziu a tão soma de 4.489:042\$647, apresentando portanto a notável diferença de 1.537:842\$647 sobre o cálculo orçamentário; a despesa fixada em 2.949:647\$000 atingiu a 4.288:676\$379 [...] O resultado não podia ser mais lisonjeiro. Esse excesso considerável da receita efetuada sobre a receita orçada, que tem se verificado em todos os exercícios do nosso período constitucional. [...]” (Mensagem do Exm. Sr. Presidente do Estado do Espírito-Santo lida na instalação do congresso legislativo em 17 de setembro de 1895, p. 8)

concretizar outras alterações bastante discutidas na segunda metade da centúria passada.

Ademais, como atestam Carlos Teixeira Campos Júnior e Márcio Mendonça, a alteração dos espaços e a modernização da urbe vitorienne foi resultado de uma parceria entre o Estado e os empresários locais, que se uniram em torno de dois eixos fundamentais: o interesse de um grupo mercantil-exportador do capital (CAMPOS JÚNIOR; MENDONÇA, 2019, p. 16) e a racionalidade do pensamento positivista em voga na época tanto entre os engenheiros, quanto entre alguns proeminentes membros das camadas dominantes capixabas do período. Esses fatores combinados, somados a elementos complementares, tais como a narrativa da superação do atraso e a reprodução acrítica de modelos arquitetônicos experimentados no Velho Mundo orientaram as mudanças ocorridas em Vitória na primeira metade do século XX.

Na esteira do que se entendia como modernização dos espaços, temos que ressaltar o aprimoramento das técnicas dos construtores locais influenciadas pela chegada de novas levas de imigrantes, que traziam na sua bagagem sua experiência e novos saberes que seriam eventualmente incorporados pelos profissionais locais (ALVES; CAMPOS JÚNIOR, 2019, p. 168).

Com esse cenário englobando empresários, agentes do Estado, profissionais ligados à engenharia e à construção foi criado um clima favorável às transformações modernizadoras do espaço urbano da capital. Sendo assim, Jerônimo Monteiro contratou os serviços de membros das camadas dominantes locais para empreender reformas urbanas que concederiam novos ares ao centro político-administrativo do Espírito Santo.

De acordo com o relatório do diretor de Agricultura, Terras e Obras, Antonio Athayde, em 1910, o coronel Antônio José Duarte⁸ foi contratado para realizar

⁸ Antônio José Duarte foi um proeminente coronel e comerciante português estabelecido no município de Iconha em fins do século XIX e início do XX. Em 1886, estabeleceu uma sólida sociedade com José Beiriz e seus negócios englobavam compra e venda de alimentos, ferramentas, tecidos, querosene e utensílios. Atuavam também na comercialização de café e terras (CAPRINI, 2007, p. 67). De acordo com Mendonça (2014), Duarte e Beiriz viram na

diversas obras na cidade, todas estreitamente ligadas aos ditames modernos. Dentre as construções encomendadas podemos citar a conclusão do aterro do Mangal do Campinho, a construção do Palácio Domingos Martins, a instalação de bondes e a construção de habitações higiênicas para funcionários públicos. Ainda, inserido no pacote de obras encomendadas por Monteiro a Duarte, temos a Necrópole de Santo Antônio. O custo das obras que deram origem ao bairro Vila Moscoso, acrescido da edificação do cemitério, totalizou 126:000\$000 (cento e vinte seis contos de réis).⁹

O cemitério municipal afastado do centro populoso saiu das terras contíguas ao terreno das igrejas católicas oficialmente em 1912. Para isso, foi necessária uma junção de saberes e competências que, mesclados, deram origem a uma nova concepção de necrópole. A chegada da energia elétrica contribuiu para a instalação dos bondes, que tiveram suas linhas expandidas. Essa expansão englobava, inclusive, o arrabalde de Santo Antônio e o ligava até a região conhecida, à época, como Carril do Suá (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 18). A mobilidade dentro do território vitoriense era um dos impeditivos para a construção do cemitério em uma região apartada do convívio diário, pois dificultava o deslocamento dos cortejos e dos esquifes até o local do sepultamento¹⁰. Para atestar tais transformações proporcionadas pela engenharia e coordenadas por um profissional da área, vejamos o relatório de Atahyde incorporado à Mensagem do presidente de estado: “Inaugurastes no dia 25 de setembro de 1909, os serviços de abastecimento d'água e de

expansão das estruturas da cidade de Vitória, uma oportunidade de diversificarem seus negócios.

⁹ No ano de 1910, Hugo Wernicke publicou em Potstam um livro contendo imagens do Espírito Santo, bem como relatos sobre as comunidades alemãs que viviam no território capixaba. Nessa obra, temos importantes informações a respeito do preço dos produtos cotidianos. Tais dados nos permitem dimensionar melhor os valores em dinheiro apresentados nas obras contratadas por Jerônimo Monteiro. Sobre isso, Wernicke relatou que, entre 1895 e 1900, produtos como 1 litro de feijão custavam 500 réis, 1 quilo de carne seca girava em torno de 1.100 réis, 1 garrafa de querosene custava 600 réis, 1 caldeirão valia 10.000 réis, 1 enxada sem cabo tinha o valor de 2.000 réis (WERNICKE, 2013, p. 44-46).

¹⁰ Em alguns momentos esse argumento foi utilizado contra a remoção dos cemitérios do centro da cidade, como fica evidente neste trecho: “Nem pode objetar-se à dificuldade da condução dos cadáveres porque aplainando-a, o serviço de carros fúnebres, preparado convenientemente o caminho, quer para um quer para outro lado da cidade- onde o cemitério foi feito” (ESPÍRITO SANTO, 1878, p. 17).

iluminação elétrica nesta capital (...)” (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 14). E, ainda celebrava, outra conquista associada ao progresso: “(...) e em abril já estavam todas as habitações fartamente abastecidas de excelente água potável, devendo em breve estarem todas providas de esgoto.” (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 14). Todas essas modificações eram acompanhadas por engenheiros e técnicos que esquadrihavam a paisagem e tentavam alterar a realidade física e estrutural da capital de forma que passassem a ideia de que o governo e seus contratados estavam bastante alinhados ao mundo do aperfeiçoamento técnico:

Baseado na opinião dos competentes técnicos, que têm visitado esses serviços, e de modo particular na do especialista dr. Thiago Monteiro, vindo, a convite deste governo, para examinar todas as obras, pratico um ato de justiça, assegurando que todos os trabalhos, que vão sendo feitos pelo dr. Augusto Ramos, nada deixam a desejar. O material empregado é da melhor qualidade, o mais moderno conhecido até o presente [...] (ESPÍRITO SANTO, 1910, p. 15).

O discurso modernizador era, portanto, o mote das reformas urbanas materializadas na capital do estado naquele começo de século. Os espaços estavam sendo transformados à luz de um entendimento bem definido a respeito do novo viver. Essas alterações, portanto, refletiam a adequação a uma nova lógica moderna de se pensar a vida que, por sua vez, englobava também novos sentidos para a morte. Esta foi ressignificada em grande medida, pois ao afastar a necrópole municipal do centro e, com isso, oferecer uma alternativa higiênica e moderna de se experimentar o morrer, juntamente com a vivência de outras experiências modernas, selava um novo protocolo para os ritos fúnebres.

Se, anteriormente, os cortejos eram marcados pela passada a pé, com a honrosa e dramática atitude de ter um esquife sendo carregado por entes queridos do defunto, agora, após as obras de implementação dos bondes e o afastamento do cemitério municipal do centro, os rituais ganharam outros contornos. O bonde, anteriormente puxado por animais, se modernizara com a chegada da energia e passava a representar um ideal de progresso, tanto pelo

avanço da técnica com o surgimento das máquinas, quanto pela aceleração do tempo. O bonde contribuiu para adiantar o passo, para diminuir o espaço entre a tarefa e seu executor. Além disso, máquinas foram empregadas a fim de construir um acesso até o novo local de enterramentos onde anteriormente só chegavam pessoas a pé ou a cavalo. A nova necrópole, portanto, seguramente trouxe uma série de rupturas na forma de se entender os rituais fúnebres na cidade àquele tempo. O relato de Maria Stella de Novaes é revelador do impacto que algumas dessas mudanças tiveram sobre o imaginário popular naquele momento:

Para a viação elétrica até Santo Antônio, providenciou Dr. Jerônimo a abertura de uma estrada que substituiu o velho caminho, permitido apenas a pedestres e cavaleiros. Mesmo porque lá devia ser construído um Cemitério Público, no antigo sítio do Sr. José Ribeiro Coelho, onde havia o curral de bois. E a estrada se fez a picaretas e pás. Trabalho hercúleo, num tempo distante da maquinaria atual. Estrada bem amparada pelos muros de sustentação.

Inaugurada a linha de bondes elétricos para Santo Antônio e aberto o Cemitério Público, organizou-se o serviço especial de enterros: um bonde puxava o reboque fúnebre, seguido de outros, com o cortejo (...) O povo, sempre imaginoso, dizia 'Enterro de bonde'. Com o tempo, como o 'Enterro de bonde', apareceu o 'Casamento de bonde', para noivos, quando residentes longe das Igrejas.

O Cemitério Público, em Santo Antônio, foi inaugurado a 1^o de maio de 1912. A 8, realizou-se a primeira inumação, a de D. Isabel Borges de Aguiar (NOVAES, 2017, p. 130-131).

Além de afastados dos centros urbanos, os morosos rituais fúnebres particulares de outrora davam lugar à acelerada lógica moderna de entendimento da morte, com o uso de bondes elétricos e com a criação de um serviço especializado para o trato com o morrer. Distante do mundo dos vivos, esquadrihada no espaço público, entregue ao cuidado dos especialistas e adaptada à dinâmica dos novos tempos, a morte parecia finalmente ter alcançado na necrópole de Santo Antônio o patamar civilizado tão clamado pelos especialistas no tema no Espírito Santo desde o século XIX. Conforme o

presente artigo buscou demonstrar, o papel desempenhado pelos conhecimentos técnicos articulados ao poder político construído pelos engenheiros nesse processo não pode, de forma alguma, ser subestimado.

Considerações finais

O fortalecimento da engenharia e dos espaços institucionalizados que nutriam esse campo de saber, juntamente com a influência de correntes de pensamento orientadas à modernidade, como o positivismo, foram combinados com as perspectivas de superação do atraso do país. Foi, portanto, a partir dessa busca pela eliminação dos elementos identificados com o que havia de obsoleto em termos de construção civil urbana que os rituais tradicionais de morte do Oitocentos entraram na mira dos engenheiros no país.

Para esses indivíduos, não seria possível ascender a outros patamares civilizacionais sem a técnica e o conhecimento propostos pela engenharia. Em outras palavras, o saber adquirido pelos engenheiros era um meio fundamental para o futuro imaginado pelos entusiastas da modernidade, pois a eles estava incumbida a missão de construir estradas, deslocar morros, superar rios com edificações, urbanizar e sanear cidades, dentre outras obras que dobrassem (ou domassem) a realidade aos interesses da nação civilizada.

Os engenheiros atuantes em território capixaba também discutiram medidas capazes de remodelar espaços e crenças tradicionais, conforme ficou demonstrado nas intervenções feitas por esses profissionais a convite dos administradores públicos. Ainda, nesse sentido, percebemos como a engenharia esteve imbricada aos negócios estatais e à visão de mundo de determinados setores da sociedade capixaba que souberam instrumentalizar os aparatos do Estado para pôr em voga um projeto moderno de cidade.

Esse projeto urbano, muitas vezes executado de forma arbitrária e excludente, tomou para si a ressignificação dos espaços, buscando laicizá-los e adequá-los às novas visões de mundo correntes à época.

Assim, tanto à época do governo de Muniz Freire, quanto no tempo da gestão de Jerônimo Monteiro (1908-1912), ficou bastante explícita a tentativa de remodelação dos costumes da população aos ditames do saber científico sobre os espaços urbanos. Nessas administrações, é possível perceber claramente como a morte sofreu interferência direta da modernidade e de seu ideário higienista. Desde a escolha do terreno em local afastado do centro até a preparação do entorno com a abertura de estradas, instalação de bondes elétricos e a edificação do cemitério em si, a engenharia contribuiu com seus princípios científicos para estabelecer novas maneiras de se conceber a morte em território capixaba. Essa contribuição afetou o sentir, o agir e o experimentar da morte, que passou a ser concebida a partir da lógica pública e “acelerada” daqueles novos tempos, isto é, uma morte que não acompanhava a morosidade dos passos humanos e da natureza – passando os cortejos fúnebres a serem feitos por bondes elétricos – e que começava a atender muito mais às necessidades do mundo dos vivos, do que às antigas demandas sagradas do mundo dos mortos.

Nesse sentido, a construção da necrópole pública de Santo Antônio representou a culminação de um longo processo de modernização dos sentidos da morte e do morrer na cidade de Vitória para os devotos da fé católica naquele início de século XX, tendo como importante contribuição o papel exercido pela engenharia.

Referências bibliográficas

RELATÓRIO de presidente de província apresentados pelo Exm^o Sr. Dr. Manoel da Silva Mafra à Assembleia Legislativa Provincial no dia 22 de outubro de 1878.

MENSAGEM do Exm^o Sr. José de Mello Carvalho Moniz Freire Presidente do Estado do Espírito-Santo lida na instalação do congresso legislativo em 17 de setembro de 1895.

MENSAGEM dirigida pelo Dr. Jerônimo de Souza Monteiro Presidente do Estado ao Congresso do Espírito Santo na 1ª sessão da 7ª legislatura, 1910.

ARQUIVO GERAL MUNICIPAL DE VITÓRIA, 1890.

JORNAL O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1890, ed. 2133.

JORNAL O ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, 1896.

ARQUIVO GERAL DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA, Parecer, 20 de janeiro de 1895.

GOVERNO MUNICIPAL. Estado do Espírito Santo, Vitória, p. 1, 9 outubro de 1895.

ALVES, Vanderson Moreira SILVA; CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. Do estuque ao tijolo: as formas de produção do espaço urbano de Vitória - ES entre o final do século XIX e inícios do século XX. **Caderno de Geografia** (PUC-MG. IMPRESSO), v. 29, p. 156-178, 2019.

CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de. **O novo Arrabalde**. Vitória, ES: Prefeitura Municipal de Vitória, 1996.

CAMPOS JUNIOR, C. T.; MENDONÇA, M. C. O discurso da modernidade na construção de Vitória-ES. **Geotextos** (UFBA), v. 15, p. 13-39, 2019.

CAPRINI, Aldieris. B. A. **O comércio como propulsor político em Iconha: o coronel Antônio Duarte (1889-1915)**. 2007. 134 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2007.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma ilha**. Rio de Janeiro: Pongetti, 1965.

FERREIRA, Gilton Luis. **Um desejo chamado metrópole: a modernização urbana de Vitória no limiar do século XX**. 2009. 175 f. Dissertação (Mestrado em História), Programa de História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2009.

FERREIRA, Gilton Luis. **Reinventado a cidade: a transformação das ruas e o reordenamento da vida na cidade de Vitória/ES—1890/1928**. 297 f. Tese (Doutorado em História), Programa de História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), 2016.

KOSELLECK, Reinhart. **Crítica e crise**: uma contribuição à patogênese do mundo burguês. Rio de Janeiro: EDUERJ: Contraponto, 1999.

KOSELLECK, Reinhart. **Estratos do tempo**: estudos sobre história. Rio de Janeiro: Contraponto, PUC-Rio, 2014.

MENDONÇA, Marcos Cândido. **A modernização do atraso**: os fundamentos da urbanização de Vitória, 1889-1930. 2014. 190 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

NOVAES, Maria Stella de. **Jerônimo Monteiro**: sua vida e obra. Vitória: Arquivo Público do Espírito Santo, 2ª edição, 2017.

PEREIRA, P. C. X. São Paulo, a construção da cidade, 1872-1914. São Carlos: Rima Editora, 2004.

PIRES, Maria da Conceição Francisca. **Vitória no começo do século XX**: modernidade e modernização na construção da capital capixaba. Revista de História *Saeculum*, João Pessoa, v. 1, jan./jun., p. 94-106, 2006.

RIBEIRO, Diones Augusto. **Busca à “primeira grandeza”**: o Espírito Santo e o governo Moniz Freire (1892 a 1896). Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008.

RIBEIRO, Luiz Cláudio M.; QUINTÃO, Leandro do Carmo; FOLLADOR, Kellen Jacobsen; FERREIRA, Gilton Luís. (org.) **Modernidade e modernização no Espírito Santo**. Vitória: Edufes, 2015.

RIBEIRO, Nelson P. Engenheiros, construtores e artífices na Província do Espírito Santo. In: RIBEIRO, N. P; PESSOA, J. S. B; RIBEIRO, R. T. M.. (Org.). **Novos subsídios para uma história da construção luso-brasileira**. 1ª ed. Vitória: Editora Milfontes, 2019, v. 1, p. 221-260.

RIBEIRO, Nelson P.; LIMA, B. O. ; SILVEIRA, A. V. Os engenheiros e a ferrovia no Espírito Santo. In: SALCEDO, R. F. B; BENINCASA, V; CHAMMA, P.V.C; FARIA, O.B.. (Org.). **Reabilitação do patrimônio arquitetônico e edificado e sua dimensão cotidiana**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016, v. 1, p. 79-86.

RIBEIRO, Nelson P. Atores da construção civil na Província do Espírito Santo do século XIX. In: Luciene Pessotti; Nelson Pôrto Ribeiro. (Org.). **A construção da cidade portuguesa na América**. Rio de Janeiro: POD Editora, 2011, v. 1, p. 137-156.

RIBEIRO, N. P. Aspectos da vida urbana e de seus significados simbólicos na Vila da Vitória ao longo do século XIX. In: Luciene Pessotti de Souza; Nelson

Pôrto Ribeiro. (Org.). **Urbanismo Colonial: vilas e cidades de matriz portuguesa**. 1ª ed. Rio de Janeiro: POD Editora, 2009, v. 1, p. 203-226.

RIBEIRO, Nelson P. Contribuição para uma historiografia da História da Construção no Brasil. In: Nelson Pôrto Ribeiro. (Org.). **Subsídios para uma história da construção luso-brasileira**. Rio de Janeiro: POD Editora, 2013, v. 1, p. 13-28.

RIBEIRO, Nelson P. Ética e restauração: a reconstrução do monumento edificado. In: Márcia Chuva; Antônio Gilberto Ramos Nogueira. (Org.). **Patrimônio Cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad Editora, 2012, v. 1, p. 171-180.

RIBEIRO, N. P. **Dicionário de engenheiros e construtores atuantes na capitania e na província do Espírito Santo**. Vitória: EDUFES, 2019.

RIBEIRO, N. P. **O papel da engenharia civil na modernização da cidade brasileira na segunda metade do século XIX: o caso de Vitória**. In: 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira, 2016, Porto. Anais do 2º Congresso Internacional de História da Construção Luso-Brasileira. Porto: Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, 2016. v. 1. p. 1-10.

ROSTOLDO, Jadir Peçanha. **A cidade republicana na Belle Époque capixaba: espaço urbano, poder e sociedade**. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SANTOS, Estilaque Ferreira dos. **História da Câmara Municipal de Vitória: os atos e as atas**. Vitória, ES: Câmara Municipal de Vitória, 2014, vol.1.

WERNICKE, Hugo. **Viagem pelas colônias alemãs do Espírito Santo: uma viagem até os cafeicultores alemães em um estado tropical do Brasil**. Vitória: APEES, 2013.

